


Jean-Louis
Flandrin

O  SEXO
E
O
OCIDENTE



editora brasiliense

Jean-Louis Flandrin

O Sexo e o Ocidente

Evolução das atitudes e dos comportamentos

Tradução
Jean Progin

editora brasiliense

1988

Copyright © Éditions du Seuil, 1981.

Título original: Le Sexe et l'Occident.

Copyright © da tradução: Editora Brasiliense S.A.
para publicação e comercialização no Brasil.

Ilustração de capa:

École de Fontainebleau, *Alegoria*, Louvre

Revisão:

Mário R. Q. Moraes Maria L. Appas

ISBN: 85-11-13074-8

editora brasiliense s.a. rua da consolação, 2697 01416 - são paulo - sp.
fone (011) 280-1222 brasiliense telex: 11 33271 DBLM BR

Sumário

1. Para uma história da sexualidade	6
I - O amor	11
2. Sentimentos e civilização	12
SONDAGEM NO NÍVEL DOS TÍTULOS DE OBRAS	12
3. O amor e os amores no século XVI	29
O amor é definido pelo sujeito que ama ou pelo objeto amado	29
Definição só pelo sujeito.....	29
Definição só pelo objeto	29
Definição pelos dois atores.....	29
Amores dos quais não se conhece nem o sujeito nem o objeto.....	30
"Em amor(es)".....	30
"Do(s) amor(es)"	30
"O amor"	31
Qualificativos do singular e do plural	32
Os qualificativos favoráveis	32
Os qualificativos desfavoráveis.....	33
4. Os compromissos de Troyes (séculos XV-XVII)	37
Os compromissos nos séculos XV e XVI.....	37
O desaparecimento dos compromissos no século XVII.....	43
5. Amor e casamento no século XVIII	50
Amor e casamento na cultura dominante	50
O testemunho dos títulos de obras	50
Observações sobre o amor conjugal.....	52
O casamento por amor	53
Amor e casamento na prática popular	54
As características tradicionais.....	54
Evoluções	55
II - Moral sexual e comércio conjugal	58
6. A doutrina cristã do casamento.....	59
A PROPÓSITO DE UM LIVRO DE JOHN T. NOONAN	59
7. Contracepção, casamento e relações amorosas no Ocidente cristão.....	64
8. Homem e mulher no leito conjugal	78
A igualdade dos esposos frente à dívida conjugal.....	78
Papel viril e papel feminino na união sexual	79
O direito da mulher ao prazer	80
III - A criança e a procriação.....	84
9. Infância e sociedade.....	85
A PROPÓSITO DE UM LIVRO DE PHILIPPE ARIES.....	85

10. A atitude em relação à criança pequena e as condutas sexuais	91
ESTRUTURAS ANTIGAS E EVOLUÇÃO	91
Introdução.....	91
Estruturas antigas	91
As condições favoráveis ao infanticídio.....	91
A eliminação voluntária das crianças na civilização cristã.....	100
A indiferença e a negligência	109
EVOLUÇÃO	117
Castidade conjugal e o bem da criança nos debates teológicos	117
A evolução das atitudes para com a vida da criança e as transformações demográficas .	123
Conclusão.....	127
11. Idéias gerais antigas e modernas sobre a criança na família.....	133
A criança, fonte de balbúrdia para seus pais.....	133
A criança era rentável para os lares pobres?.....	135
O status da criança.....	140
A educação da criança	143
12. A jovem nos antigos provérbios franceses	147
O bem se vai quando nasce uma filha	147
IV A vida sexual dos celibatários.....	150
13. Casamento tardio e vida sexual.....	151
DISCUSSÕES E HIPÓTESES DE PESQUISA	151
14. Repressão e mudança na vida sexual dos jovens	169
O cume da repressão sexual	169
Prostituição e estupro nas cidades da baixa Idade Média	171
As freqüentações pré-nupciais no campo e sua proibição.....	173
O desafio dos dados estatísticos.....	176
Interiorização ou desejo	179
15. Vida familiar e amores ilícitos na Inglaterra	184
A PROPÓSITO DE UM LIVRO DE PETER LASLETT*	184

1. Para uma história da sexualidade

Nós, europeus do século XX, somos conscientes de ter uma longa história e, como os nobres de outrora, tiramos dela uma certa altivez. A deles era prova de sua nobreza; a nossa nos deu por muito tempo o sentimento de sermos "civilizados", contrariamente aos povos supostamente sem história, que chamávamos de "primitivos" ou "selvagens". O que poderia justificar essa altivez? As maneiras de pensar, de sentir e de agir, pelas quais se reconhecia antigamente a nobreza, não se podiam adquirir em uma geração; mesmo aquelas que fazem o ocidental moderno. No entanto, como os gentis-homens que se vangloriavam dos grandes feitos dos seus antepassados, mas jogavam um véu pudico sobre a lenta passagem de sua família do mais baixo plebeísmo à nobreza, também nós temos há muito tempo pedido à História para confortar nossa vaidade, sem a preocupação de definir como chegamos a ser o que somos, em que medida nosso presente e nosso futuro dependem do passado e até que ponto aqueles que não têm a mesma história que nós podem ser ou se tornar similares a nós.

Avancemos um pouco o paralelo. Esses nobres, que nos séculos XVII e XVIII se queixavam tão freqüentemente do infortúnio dos tempos, não buscavam jamais saber se a extinção de tantas famílias ilustres não resultava, em parte, dos comportamentos característicos de nobreza, comportamento econômico, por exemplo, ou comportamento demográfico que eles herdaram de seus antepassados com o ideal nobiliário. As dificuldades que nós mesmos encontramos em nossa vida atual, não as herdamos também do passado?

É uma idéia muito disseminada entre os ocidentais de hoje, que temos dificuldades particulares no plano sexual, e que elas são imputáveis à nossa moral tradicional, de essência cristã. Mas será que renegando brutalmente a moral de nossos pais, tentando adotar aquela dos nhambiquaras ou outros povos considerados próximos à natureza, poderemos vencer nossas dificuldades? Em realidade não somos livres para recusar nossa herança: ela está grudada à nossa pele. E quanto mais quisermos ignorá-la, mais seremos seus prisioneiros.

Aliás, fico espantado que, num século onde a psicanálise suscita tanto entusiasmo, se tenha tão pouca consciência dessa potência do passado. Tem algo de ilógico o escrutinar com tanta atenção o passado dos indivíduos submetidos a curas psicanalíticas e tão pouco o seu passado coletivo. Ou pelo menos o que sobrevive em nossa cultura.

Não existe o homem natural, no sentido de que todo comportamento humano tenha sido modelado por uma cultura. Ora, toda cultura se elaborou progressivamente no passado e foi profundamente marcada por estruturas e traumatismos passados. Por intermédio da literatura, da moral, do direito, da linguagem, mesmo das ciências, das técnicas, das artes, de tudo o que constui nossa cultura, somos, desde o nascimento, invadidos sub-repticiamente pelo passado. Peço desculpas por desenvolver tais banalidades. Mas quando ouço os sociólogos, os psicólogos, os psicanalistas, os sexólogos, os jornalistas... e muitos historiadores falarem da sexualidade, tenho a impressão de que esquecem das evidências. E não concedendo ao passado a atenção que ele merece, nos impedem de nos libertarmos dele.

Falar de todas as maneiras do passado não me parece bom. E muitas vezes, me parece, a História funciona como uma memória doentia, que retém só o que faz mal — velhos ódios, desconfianças das gerações precedentes, lealdades intempestivas — e desenvolve a tendência de ver no presente uma simples repetição do passado. Por outro lado, quando o passado nos invade por outros caminhos — pela linguagem, pela literatura, pela moral, pelo direito, etc. —, como é o caso, entre outros, em matéria de sexualidade, então a História poderia ter uma função terapêutica. Tributando ao passado o que nós rejeitamos, mostrando as relações que existiam entre a tal antiga atitude face à sexualidade de outros traços, hoje abolidos ou ainda vivos, da cultura ocidental, ele deveria permitir a reapreciação de nosso sistema de valores, e por esse meio ultrapassar as dificuldades presentes.

Não cabe só ao historiador tomar a seu cargo essas reapreciações. Menos ainda fechar seus contemporâneos em dilemas intransponíveis, pretensamente lacrados pela História. Assim, de evidente relação entre o triunfo do casamento de amor e a multiplicação dos divórcios em nossas sociedades ocidentais, ele não concluirá que precisa retornar ao "casamento de razão", ou desviar os olhos do inaceitável em tantos divórcios contemporâneos. É suficiente que ele saiba achar no fundo do passado uma matéria própria para alimentar a reflexão sobre os problemas do presente, aprofundar o campo e refluir os laços que nos estrangulam. Espero que os artigos aqui reunidos possam contribuir para modificar a visão que uma cultura acrônica nos dá do amor, do casamento e do comércio conjugal, da relação pais-filhos, da vida sexual dos solteiros.

Há séculos que o amor é o tema favorito dos poetas e dos romancistas e, portanto, provavelmente do seu público. Nada de muito novo nesse campo, entre os séculos XVI e XX, por exemplo. Mas será o mesmo o sentimento que se chama "amor" durante esse meio milênio? Os estimulantes e os objetos do amor permaneceram os mesmos? E a conduta amorosa? Para responder plenamente a essas questões, seria necessário proceder a estudos mais profundos do que os encontrados no primeiro capítulo desta coletânea. No entanto eles farão aparecer sensíveis modificações na representação do amor, na atitude da sociedade a seu respeito, e modificações mais evidentes ainda quanto ao seu papel na escolha do cônjuge ou no comércio carnal dos esposos.

O estatuto do amor no século XVI foi de certa forma mais complexo que em nossos dias. Tinha cânticos do amor platônico e cânticos do amor carnal. Por outro lado, os moralistas eclesiásticos ou os laicos tinham tendência a condenar a paixão amorosa sob todas as formas, sem se preocupar em distinguir — como se tem feito muito no século XX — o "verdadeiro amor" do simples desejo.

Do lado da cultura laica — veja os provérbios e as leis — tratava-se principalmente de limitar o peso do amor na formação da ligação conjugal. Como essas ligações tinham por função estabelecer aliança entre famílias e assegurar a transmissão das heranças, os "casamentos de namoro" arriscavam na realidade subverter a ordem social. Como não era possível impedir os jovens de namorar, pelo menos era preciso fazê-los entender que seus amores eram somente suportáveis fora de toda visão matrimonial.

A Igreja, por sua vez, condenava todo amor profano como contraditório ao amor sagrado. Insistia particularmente sobre os perigos do amor entre esposos, julgando sem dúvida que muitos féis estavam inconscientes disso: "O marido que, levado por um amor desmedido, possui tão ardentemente sua mulher para contentar sua volúpia, ou que mesmo não sendo sua mulher, tem relações com ela, é um pecador", escrevia um pregador do século XVI. E ao longo da Idade Média os teólogos repetiam esse aforismo antigo transmitido por São Jerônimo: "Adúltero é também aquele que é por demais ardente e apaixonado por sua mulher". Só há pouco tempo a Igreja católica exalta o amor conjugal, a exemplo dos protestantes. "As relações conjugais são imorais quando não existe mais amor", escrevem os teólogos de hoje, porque são "expressões do amor". E um prelado de grande autoridade declara: "A primeira exigência de Deus sobre o ato de amor é que ele seja baseado no amor". Isto é o oposto da atitude tradicional, e nenhuma religião declara isso de boa vontade.

Para a antiga moral cristã, a sexualidade nos é dada somente para procriar, e qualquer outro uso seria perverter a obra de Deus. Tal concepção, que implica a continência durante todos os períodos em que a concepção de um filho é impossível ou inoportuna — gravidez, período de menstruação, período "de impureza" depois do parto, anos de amamentação — e que aconselha uma continência definitiva aos cônjuges, desde que eles já tenham um descendente,¹ é racional, coerente, mas demasiadamente austera para ser bem observada: Santo Agostinho reconhece isso sem ambigüidade. Também, desde o Renascimento teológico dos séculos XII e XIII, os teólogos receavam que essa austeridade excessiva poderia fazer o casamento perder seu papel de remédio para os fracos incapazes de viver na continência. Pouco a pouco, eles reconheciam aos cônjuges o direito de "se administrar o remédio do casamento" em

¹ Por exemplo Santo Ambrósio *Traité sur l'Evangile de Luc*, I, 43-45: "Os jovens para os quais o temor de Deus acalma e modera o coração renunciam freqüentemente, desde que tenham uma posteridade, às obras da juventude".

todos os tempos, mesmo que a concepção seja impossível ou intempestiva, quer dizer, perigosa para a mulher ou o filho. Essa liberalização tinha sem dúvida efeitos benéficos para a fidelidade conjugal e a estabilidade dos casamentos, mas introduziu elementos incoerentes na doutrina. Do século XVI ao século XIX, as contradições se agravam entre o direito sexual dos esposos e seus deveres para com os filhos, e esse processo me parece ter favorecido a intrusão da contracepção no comércio conjugal.

Os patriarcas se rejubilavam da multiplicação de seus filhos como dos seus rebanhos. Uma e outra coisa era considerada uma benção, porque era um evidente aumento do poder, não uma carga. Ora, se nossos contemporâneos têm muitos filhos ou nenhum, eles os vêem mais como um fardo, alguma coisa que restringe sua liberdade, sua riqueza e certamente não aumenta seu poder. Subsistem razões, sem dúvida, para ter filhos, mas em número limitado; e no espírito de nossos contemporâneos, as razões de não os ter parecem freqüentemente preponderantes. Eu noto que Moheau no século XVIII as considerava preponderantes, e já no século XVII, Colbert achava necessário estimular os esposos com dinheiro para obter famílias numerosas. Hoje a antiga atitude se mantém na maioria dos povos do Terceiro Mundo, qualquer que seja sua religião.

Será que a fecundidade dos casamentos de uma sociedade se explica fundamentalmente pela ausência de técnicas contraceptivas eficientes? Não contesto a importância do saber técnico nesse campo como em qualquer outro, e já mostrei² como a aquisição de técnicas contraceptivas mais eficientes podiam transtornar os costumes tradicionais e a fecundidade. Mas duvido que só essa explicação pela ignorância técnica seja suficiente: uma sociedade que realmente queria limitar a sua fecundidade encontra os meios; e, inversamente, o fracasso dos programas de controle da natalidade no Terceiro Mundo atesta que a disponibilidade de técnicas contraceptivas não é suficiente para alterar a fecundidade dos casais. Será que o essencial não seria a transformação da relação pais-filhos?

De fato, o senso de responsabilidade frente aos filhos parece ter aumentado do fim da Idade Média até nossos dias: pode-se advinhá-lo pelos numerosos índices que são discutidos no terceiro capítulo deste livro. Não sustento — como alguns autores têm feito recentemente³ — que o amor paternal ou maternal fosse desconhecido antes de meados do século XVIII: temos, para épocas bem anteriores, testemunhos inequívocos de sua existência. Assim, no século XVII os pais eram freqüentemente censurados por seu amor excessivo pelos filhos: Madame de Sévigné é um exemplo muito conhecido.⁴

Mas a questão que estou tratando aqui é o estatuto do filho em face de seus pais e não a existência perante tal e tal personagem de uma forte afeição paternal, maternal ou filial. Veja-se ainda a história sagrada: o sacrifício imposto a Abraão só é uma terrível prova porque ele está extremamente ligado ao seu filho. Mas o que distingue esse patriarca de um pai de hoje é o sentimento de que não deve nada ao filho. É a Deus, criador de todos os seres, e especialmente a Isaac⁵ que ele deve tudo. Enquanto sentimos ter deveres particulares para com aqueles que só existem por nossa causa e esperam tudo de nós, a antiga cultura, até época recente, só falava dos deveres da criatura para com seu criador.

Paradoxalmente, o cristianismo, que tanto usou esse princípio, está também, possivelmente, na origem do princípio inverso. Deus, afirma a religião cristã, é o verdadeiro criador dos filhos, Ele só os confia a nós, e nós devemos a *Ele* o ocupar-nos dos filhos com cuidado e amor. Isto já se acha em São Paulo. Mas é preciso esperar séculos para que, na realidade, a relação pais-filhos tenha se transformado. Talvez até os séculos XVII e XVIII. Com efeito, só mais ou menos nessa época é que os catecismos e sermões desenvolvem realmente esse tema.⁶ A etapa seguinte me parece menos importante: uma vez o senso das responsabilidades bem inculcado e o novo comportamento parental moldado importavam pouco se a gente se considerava devedor de Deus ou do filho. O fato é que a criança pode agora ser considerada um fardo demasiadamente pesado para suportar e os casais têm razões para evitar a procriação no

² *Les Amours paysannes*, Paris, Gallimard, col. "Archives", 1975, pp. 198-199.

³ Por exemplo, E. Shorter, *Naissance de la famille moderne*, Paris, Senil, 1977; E. Badinter, *L'Amour en plus. Histoire de l'amour maternel, séculos XVII-XX*, Paris, Flammarion, 1980.

⁴ É preciso ser obcecado ou não entender nada do cristianismo severo do século XVII para acreditar que seu diretor de consciência reprovava à marquesa ser sexualmente atraída por sua filha.

⁵ Sabe-se que Isaac nasceu por um milagre de Deus, numa idade em que sua mãe não podia mais procriar naturalmente.

⁶ J.-L. Flandrin, *Familles*, Paris, Hachette, 1976, pp. 133-138 e 171-176.

casamento.

Tanto que no curso do século XVIII as atitudes frente à morte se modificaram: sem parar, em princípio, de acreditar em Deus e na vida eterna, parece que não se aceitou mais com a mesma resignação o falecimento dos entes queridos; recentes estudos nos ensinam isso.⁷ Mesmo que eles não nos digam muita coisa das reações face à morte dos lactentes, me parece que isso confirma a hipótese de que não nos resignamos como antigamente. No século precedente, o sentimento da inocência da criança podia ser uma razão para aceitar sua partida para o além; doravante é uma razão do não mais aceitá-lo. A moda se dissemina entre as jovens mães das elites sócio-culturais de alimentar pessoalmente seus filhos, e de recusar aos maridos, durante a amamentação, tudo o que poderia provocar uma concepção prematura, julgada perigosa para o lactente. De acordo com os confessores do século XVIII, foi um dos principais motivos dos casais que praticavam o coito interrompido. A verificação estatística desse fato pelo testemunho dos casais é impossível, mas seria interessante fazê-la.

Se a fecundidade das relações conjugais se fazia com a ausência de técnicas contraceptivas eficientes na antiga cultura, então as relações extraconjugais tinham que ser fecundas. A maior parte dos historiadores e demógrafos parece ter adotado essa visão das coisas, e eles só falavam de atividades sexuais fora do casamento baseando-se sobre as taxas dos nascimentos ilegítimos. Se, ao contrário, as coisas se explicam largamente em nível de intenções, precisa-se então examinar a hipótese de uma menor fecundidade das atividades sexuais ilegítimas, porquanto elas tinham tradicionalmente por finalidade "só o prazer", enquanto o comércio conjugal — conforme os moralistas eclesiásticos e laicos — tinha por finalidade a procriação. Não se pode falar da vida sexual dos solteiros somente tomando por base a taxa de nascimentos ilegítimos. Isso eu escrevi em 1969, em "*Contraception, mariage et relations amoureuses*", artigo repetido no segundo capítulo do presente livro. Contestei também a idéia emitida por J. T. Noonan, de que a classificação da contracepção e da masturbação entre os "pecados contra a natureza", considerados como os mais graves pecados sexuais, tenham desviado não somente os casais, mas os fornicadores e os adúlteros.

Esse artigo visava só relançar a pesquisa: eu o disse claramente nas primeiras e últimas páginas. Além disso, ainda não tenho nenhuma idéia precisa do que poderia ter sido a vida sexual dos solteiros, eu não tinha elementos para opor teses novas às teses que eu criticava. Também não consigo compreender ainda hoje por que, a partir de 1972, diversos historiadores⁸ têm julgado útil atacar minhas pretensas teses. É verdade que como eles as imaginavam e as formulavam a seu gosto, era fácil ridicularizá-las. É portanto constrangido e forçado que me lancei nesse debate sobre a vida sexual dos solteiros que forma o quarto capítulo desta coletânea. Não sei se devo finalmente me alegrar pela oportunidade de escrever, ou lamentar a forma polêmica que adquiriu a minha contribuição às pesquisas e o abandono daquelas que eu fazia na época, sobre o comércio conjugal.

Se devo aqui resumir as principais conclusões, sublinharia mais uma vez os limites e os perigos de uma aproximação puramente quantitativa das coisas. Todo mundo tem uma vida sexual. O problema é saber de que ela consiste, isto é, que formas toma a libido sob a dupla influência da repressão e do erótico, que mais ou menos abertamente existem em todas as culturas; como, então, o desejo sexual é estruturado, em que medida ele atinge seus fins, e o que resulta para o sujeito e para os objetos de seu desejo.

Gostaria de lembrar ainda que o prazer entre a nubilidade e o casamento aumentou — a França e sem dúvida em vários outros países da Europa ocidental — desde a remota Idade Média até o fim do século XVIII,⁹ principalmente para as meninas. Finalmente, lembro que, dos últimos séculos da Idade Média até o século XIX, sob os efeitos de uma repressão aumentada, o comportamento sexual dos solteiros parece ter se transformado.

⁷ Penso especialmente no livro de Philippe Airès, *L'Homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977.

⁸ Particularmente J. Depauw, "Amour Illégitime et sociétés à Nantes au XVIII^e siècle", *Annales ESC*, jul.-out. 1972, p. 1182; e sobretudo A. Burguière, "De Malthus à Max Weber: le mariage tardif et l'esprit d'entreprise", *ibidem*, pp. 1130-1132 e 1137.

⁹ P. Laslett sustenta que na Inglaterra as jovens sempre casavam tão tarde como no século XVII, sobre o que estou longe de ficar convencido. Em compensação, nesse país da Revolução Industrial, a idade do casamento diminuiu desde o início do século XVIII.

No fim da Idade Média, os rapazes das cidades freqüentavam muito livremente as prostitutas — aliás numerosas e baratas —, enquanto as meninas "honestas" não podiam sem grande perigo para sua honra ter outros prazeres a não ser solitários. No meio rural um outro modelo: as relações com as prostitutas eram sem dúvida muito menos importantes, mas rapazes e moças em idade de casar tinham liberdade de se freqüentar e de se dedicar a flertes bastantes audaciosos, pelo menos em certas regiões. Tudo que se refere a isso fica então hipotético: temos por enquanto somente indicações sobre as freqüentações de um pequeno número de províncias, geralmente periféricas em relação ao reino da França, e o testemunho sobre as práticas sexuais dos jovens são bastante discutíveis.

Em contrapartida, estamos melhor informados sobre a repressão: fechamento dos bordéis municipais desde o século XVI e marginalização das prostitutas; supressão — em datas diversas conforme as regiões — das antigas liberdades de freqüentação, interdição rigorosa das coabitações pré-nupciais e do concubinato, tudo sob pena de excomunhão ou mesmo multas e prisão; enclausuramento dos adolescentes nobres e burgueses em colégios onde os costumes são, pensa-se, mais facilmente supervisionáveis. Esta repressão, que pode ser considerada como um aspecto importante da Reforma católica na França, começou entretanto antes do concílio de Trento e se prolongou até o séculos XIX e XX: no início do século XIX foi renovado na Savóia o decreto de excomunhão dos jovens que praticavam ainda o "albergamento"; e foi no início do século XX que a polícia foi lançada contra os "hortelões da região da Vendéia".

Em que resultou esse longo esforço de purificação dos costumes? Sublimação dos impulsos sexuais? Rejeição e neurose? Sonhos eróticos mais ou menos obsedantes e masturbações solitárias? Não sei por que se deveria escolher entre esses efeitos igualmente verossímeis da repressão. Suponho que coexistiram, numa proporção que não é fácil determinar. Parece-me particularmente difícil apreciar a importância da sublimação e menos de seguir Freud, que fuga excepcional —, ou de medir os progressos e recuos de rejeição e da neurose, noções demasiadamente modernas para prender a atenção dos contemporâneos. Duvido que esses fenômenos tenham jamais se relacionado à maioria dos solteiros; e não vejo absolutamente motivo para crer que eles fossem mais consideráveis no século XVII que no século XVIII ou XIX. Existe, por outro lado, uma grande quantidade de indícios dos progressos da masturbação entre os séculos XIII e XX, e seu impulso é notado em todos os meios sociais. Ela me parece psicologicamente ligada a um progresso do sonho solitário e da introspecção, que tem fortemente marcado nossa cultura moderna e contemporânea.

Em nenhuma época, finalmente, a gravidez ilegítima nem as concepções pré-nupciais parecem nos dizer o essencial sobre a vida dos solteiros. Como a estatística das crianças achadas, ela nos esclarece sobretudo a atitude da sociedade em face da bastardia, do concubinato e das mães solteiras, grandes assuntos da história social mais do que da história da sexualidade.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

